



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

Versão revisada do PLO nº 218/19, Processo nº 230.866, conforme disposto no § 8º do art. 125 do Regimento Interno. Este texto vale, para todos os efeitos de tramitação, como a redação oficial do projeto, em substituição ao texto originalmente protocolado.

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 218/19

Altera dispositivos da Lei nº 11.320, de 26 de julho de 2002, que “cria o Conselho Integrado de Segurança Pública e de Defesa da Vida em Campinas e dá outras providências”.

Art. 1º Fica alterado o inciso IV do art. 2º da Lei nº 11.320, de 26 de julho de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

IV - discutir, com os poderes constituídos, mecanismos de prevenção e convênios relacionados à defesa da vida e ao combate à violência;

.....” (NR)

Art. 2º Ficam alterados os incisos do **caput** e o § 1º e acrescidos os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 3º da Lei nº 11.320, de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Conselho Municipal de Segurança Pública será composto por:

I - ex-presidentes do Conselho Municipal de Segurança Pública;

II - representante da Câmara Municipal de Campinas, indicado pelo presidente do Legislativo;

III - representante da Guarda Municipal;

IV - representante do Comando de Policiamento do Interior 2 – CPI-2, da Polícia Militar;

V - representante do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – Deinter 2, da Polícia Civil;

VI - representante da Polícia Federal;

VII - representante da Associação Comercial e Industrial de Campinas – Acic;



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

VIII - representante do Conselho Comunitário de Polícia;

IX - representante escolhido pelos vários Consegs locais;

X - representante da Subseção de Campinas da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;

XI - representante da Diretoria Regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Ciesp;

XII - representante de sindicato da categoria de segurança sediado em Campinas;

XIII - representante do Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância – Crami;

XIV - representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

XV - representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XVI - representante da autarquia Serviços Técnicos Gerais – Setec;

XVII - 2 (dois) representantes de instituição de ensino superior sediadas em Campinas;

XVIII - representante da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas;

XIX - representantes dos clubes de serviços Rotary e Lions, sediados em Campinas;

XX - 2 (dois) representantes de organizações não governamentais e entidades civis que atuem na defesa dos direitos humanos em Campinas;

XXI - 2 (dois) representantes de associações de moradores e entidades comunitárias de Campinas;

XXII - 1 (um) representante do Conselho Comunitário de Campinas;

XXIII - 1 (um) representante do Orçamento Participativo.

§ 1º Para cada representante titular deverá ser indicado 1 (um) suplente, com exceção da Polícia Militar, que poderá indicar, além do comandante do CPI-2 como titular, os 3 (três) comandantes de batalhões como suplentes, e da Polícia Civil, que poderá indicar, além do diretor do Deinter-2 como titular, os 2 (dois) delegados seccionais como suplentes.

.....





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

§ 4º O Conselho Municipal de Segurança Pública terá as seguintes categorias de membros:

I - membros efetivos: são conselheiros titulares, aqueles indicados por ofício ao Conselho Municipal de Segurança Pública como titulares do mandato, pertencentes aos organismos, órgãos e entidades descritos nos incisos II a XXIII;

II - membros suplentes: são conselheiros suplentes, aqueles indicados por ofício ao Conselho Municipal de Segurança Pública como suplentes do mandato, pertencentes aos organismos, órgãos e entidades descritos nos incisos II a XXIII;

III - membros honorários: são conselheiros honorários os ex-presidentes do Conselho Municipal de Segurança Pública que não preenchem a condição de conselheiro titular ou suplente, mas que são reconhecidos pela sua contribuição significativa ao Conselho Municipal de Segurança Pública.

§ 5º Na reunião todos os membros têm direito a voz, os membros efetivos e os membros honorários têm direito a voto, e os membros suplentes têm direito a voto na ausência dos titulares.

§ 6º Poderão participar das reuniões do Conselho Municipal de Segurança Pública, com direito a voz:

I - representantes institucionais públicos do Poder Público: membros de órgãos com atribuições correlatas à segurança pública, como Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, prefeituras, Polícia Civil, Guardas Municipais, Conselho Tutelar, entre outros;

II - representantes da sociedade civil: líderes de organizações não governamentais e representantes de outros Conselhos ou oriundos da iniciativa privada, cuja atividade seja destacada no município." (NR)

Art. 3º Fica acrescido parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 11.320, de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Segurança Pública realizará a sua eleição em anos pares e definirá o processo eleitoral e a posse da diretoria no seu Regimento Interno." (NR)

Art. 4º Ficam acrescidos os incisos VII, VIII e IX ao art. 11 da Lei nº 11.320, de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. ....



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

.....

VII - divulgar e eleger a comissão para conduzir o pleito eleitoral;

VIII - coordenar, nos interregnos das reuniões, as atividades das comissões temáticas e dos grupos de trabalho;

IX - administrar valores e bens se existirem e resolver assuntos de urgência de atribuição do conselho, sempre com **ad referendum** deste." (NR)

Art. 5º Fica alterado o art. 12 da Lei nº 11.320, de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. A Secretaria Executiva será composta por:

I - Presidente e Vice-Presidente do Conselho;

II - 1 (um) representante da Polícia Militar;

III - 1 (um) representante da Polícia Civil;

IV - 1 (um) representante da Guarda Municipal;

V - 1 (um) representante do Conselho Comunitário de Polícia;

VI - 1 (um) representante dos Consegs;

VII - 1 (um) representante da OAB;

VIII - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

X - 1 (um) representante das universidades locais com representação no Conselho Municipal de Segurança Pública;

XI - 1 (um) representante da sociedade civil." (NR)

Art. 6º Fica alterado o art.18 da Lei nº 11.320, de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. Cada membro efetivo terá direito a um voto, sendo que cada votação será nominal e com voto aberto e sendo vedado o voto por procuração.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo  
[www.campinas.sp.leg.br](http://www.campinas.sp.leg.br)

Parágrafo único. Na ausência do membro efetivo, assumirá em seu lugar o suplente presente." (NR)

Art. 7º Fica alterado o art. 20 da Lei nº 11.320, de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. As reuniões serão públicas, podendo delas participar entidades da sociedade civil, dos Poderes Executivo e Legislativo federais, estaduais ou municipais, do Poder Judiciário e do Ministério Público." (NR)

Art. 8º Fica alterado o art. 27 da Lei nº 11.320, de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

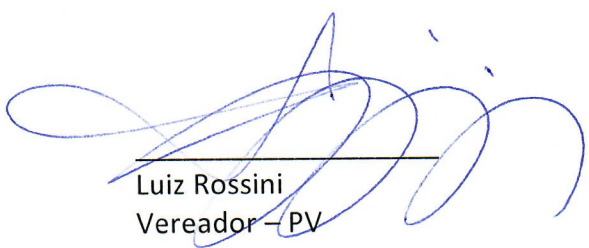
"Art. 27. O Conselho Municipal de Segurança Pública, através da sua Secretaria Executiva, poderá constituir grupos de trabalho para prestar apoio técnico às suas atividades sempre que for necessário." (NR)

Art. 9º Fica alterado o art. 29 da Lei nº 11.320, de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. Os membros do Conselho Municipal de Segurança Pública que faltarem a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) reuniões alternadas sem justificativa terão seus nomes encaminhados às instituições/segmentos que representam para serem substituídos." (NR)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 06 de Setembro de 2019.

  
Luiz Rossini  
Vereador – PV



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

[www.camaracampinas.sp.gov.br](http://www.camaracampinas.sp.gov.br)

---

## JUSTIFICATIVA

As presentes proposta visam atender a deliberação do próprio Conselho, considerando as reuniões plenárias do Conselho, face as novas conjunturas que se apresentam. Assim é que foi retirado do Conselho o Comando da Guarnição Militar de Campinas, considerando o ofício nº20-ASSjur/EM/Comdo Bda EB64306.002956/2019-11 de 27/02/2019, haja vista que na competência do Conselho o Exército Brasileiro não integra o Sistema único de Segurança. A proposta também qualificou algumas entidades, categorizou a atuação de seus membros, no campo das deliberações. Abriu espaços para todas as instituições de ensino superior, equalizou o seu processo eleitoral, instituiu uma Secretária Executiva com a missão de coordenar, divulgar e administrar as ações do Conselho e concomitantemente consignou sua composição e normatizou a presença dos seus membros. Ditas mudanças, em suma, irão trazer mais agilidade e consistência ao Conselho permitindo que esse cumpra a sua missão com mais efetividade e transparência.

Sala de Reuniões, 27 de agosto de 2019

Luiz Carlos Rossini  
Vereador/PV

